

“Metas Curriculares, 3.º ciclo do Ensino Básico (7.º e 8.º anos) – Geografia ”¹

Congratulamo-nos com o facto de o documento em análise plasmar uma visão esclarecedora do que se pretende que os alunos aprendam, pela objetividade da esmagadora maioria dos enunciados.

Todavia, o documento suscita-nos dúvidas em termos de *timing*, de forma e, sobretudo, de conteúdo.

No que se reporta ao primeiro aspeto, não podemos deixar de sublinhar que há cerca de um ano estávamos a analisar e a adotar manuais para o 7.º ano (para vigorar, em princípio, por 6 anos), sem que as “metas” estivessem estabelecidas, o que trará problemas na utilização, nos próximos 5 anos, do manual adotado.

Em termos formais, salienta-se que os enunciados constantes do documento em análise não configuram verdadeiras metas mas antes objetivos específicos (comportamentais, em muitos casos). Não tendo nada a objetar face ao retorno à linha behaviorista, lamenta-se que ela não seja explicitamente assumida. Por outro lado, destaca-se a deficiente formulação de vários enunciados, tanto pela utilização seguida de dois verbos (saber determinar..., por exemplo) como pela subjetividade comportamental associada a formulações do tipo “saber que...” ou “saber o que é”. Acresce o facto de o enunciado “Desenhar mapas mentais” traduzir claramente um meio e não apontar minimamente para meta ou objetivo.

Do ponto de vista de conteúdo, as reservas são ainda mais significativas dado que o documento configura:

- uma abordagem enciclopédica e claramente excessiva/ambiciosa para o 3.º ciclo, quer pelo desencontro entre o grau de abstração que por vezes se requer e o estágio de pensamento concreto ou formal mas ainda embrionário em que os alunos frequentemente se posicionam (ex: todo o ponto 1 da página 18) quer pela carga horária de que se dispõe quer, ainda, pelo pormenor a que se chega. Aliás, questionamo-nos sobre a pertinência de alguns tópicos (ex: ponto 4.4 da página 6, tendo em conta as orientações programáticas no seu todo; ponto 7.7. da página 8, ponto 4.3. da página 21 – não obstante a “novidade”, a inexistência ou escassez de dados estatísticos sobre estas formas de produção agrícola constituirão condicionante à abordagem didática sustentada das mesmas);

- o carácter duvidoso de algumas escolhas. Por exemplo, a permanência de mistura arbitrária de escalas quando se abordam as formas de relevo (montanha e vale encontram-se, no documento, como formas da mesma ordem de grandeza); a litoralização e, como tal, a dualidade litoral/interior sai excessivamente reforçada se tivermos em conta vários indicadores e a opinião de geógrafos conceituados como o Professor João Ferrão;

¹ A maioria das observações/opiniões expressas a propósito do documento em análise teriam também validade para o seu homólogo para o 2.º ciclo do ensino básico.

- uma aparente inexplicável ausência de conceitos introdutórios ao clima. Referimo-nos concretamente à noção e composição da atmosfera.

Em suma, cremos que o documento precisa de ser melhorado tendo em conta um olhar realista sobre as práticas e, sobretudo, sobre os destinatários finais. Aliás, o cunho tão exaustivo e ambicioso patente no documento, leva-nos a questionar se haverá uma reformulação radical do programa de Geografia A (ensino secundário). Caso tal não se verifique, corremos sério risco de passarmos os 10.º e 11.º anos a repetir conceitos e abordagens já conhecidas dos alunos, embora com mero enfoque em Portugal. Isto é, repetiremos os assuntos e numa escala mais redutora, o que só trará desmotivação e descrédito para o já se si pobre estatuto de que a disciplina goza.

Maria Helena Ramalhão Dias Ramalho

(docente do grupo 420, escola secundária da Boa Nova – Leça da Palmeira)

Leça da Palmeira, 25 março de 2013